

2008-0194175-6	0006835800828-1	009	AUTO POSTO NOVO MEXICO LTDA
2008-0205312-9	000561390021-1	012	POSTO DE SERVIÇOS CAVALINI LTDA
2008-0243238-3	0001614403783-1	002	CONDOMINIO EDIFICIO ITAIM CENTER
2008-0250509-7	0003214600133-1	010	CENTRO AUTOMOTIVO MOLEQUE TRAVESSO LTDA
2008-0256666-5	0005806300013-1	008	INSTITUTO DAS FILHAS DE SAO JOSE
2008-0264472-0	0008240201148-1	010	AUTO POSTO DC - 10 LTDA.
2008-0292966-0	0011921100302-1	007	AUTO POSTO TREZENTAO LTDA
2008-0351677-7	0006835800828-1	010	AUTO POSTO NOVO MEXICO LTDA
2009-0135496-8	0030513400096-1	011	AUTO POSTO LARGO DO JAPONES LTDA
2009-0160631-2	0006733800160-1	011	AUTO POSTO INFINITY LTDA
2009-0165671-9	0000605311048-1	006	ELETRONICOS PRINCE REPR. IND. COM. IMP. EXP. DE PROD. EM GERAL LTD

2009-0199581-5	0001200101431-1	004	HOSPITAL METROPOLITANO S/A
2009-0211713-7	0008804200154-1	018	LUIGI POSTO DE SERVICO LTDA
2009-0230053-0	0006420700108-1	068	RICARDO CARNEIRO TESSER
2009-0247334-0	0000602500427-1	005	CONDOMINIO EDIFICIO SANTO ELIAS
2009-0257224-1	0008904204011-1	013	TAM LINHAS AEREAS S.A
2009-0300262-7	0002505100519-1	011	BANCO DO BRASIL S/A.
2009-0329550-0	0003801201694-1	011	FIPECAFI-FUNL. INST. DE PESQ. CONT. E FINAN-CEIRAS
2009-0338010-9	0010504300351-1	008	POSTO DE SERVIÇOS SPINOLA LTDA
2009-0342972-8	0003510101707-1	008	HIROTA AUTO POSTO & SERVIÇOS LTDA
2009-0347529-0	000096600383-1	003	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2009-0348911-9	0014730600354-1	009	AUTO POSTO MEGAMANIA LTDA
2009-0349216-0	00025068001596-1	004	TEXTIL BICOLOR INDUSTRIA E COM. DE CONFEC-COES LTDA
2009-0354006-8	0007325900023-1	012	DUQUE SANTANA AUTO POSTO LTDA
2009-0358498-9	0004830300211-1	003	GENERAL CONTINENTAL EMBLAGENS LTDA
2009-0369093-9	0002600203584-1	005	CONDOMINIO EDIFICIO PATRIMONIO
2009-0370593-8	0014901400028-1	008	IRMAOS TAKATA
2010-0013779-8	0005911800276-1	020	AUTO POSTO ITAPIU LTDA
2010-0027377-2	0003500600931-1	012	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
2010-0027825-1	0009001100465-1	002	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
2010-0042993-4	0010708300285-1	005	AUTO POSTO FLASHPOINT LTDA
2010-0044812-2	0008801000154-1	011	AUTO POSTO OASIS LTDA
2010-0055842-4	0007436100017-1	009	FUKUYA KANEMOTO & CIA LTDA
2010-0071470-1	0030608401150-1	003	FABRICO DE ARAGAO PIMENTA
2010-0084872-4	00016058003103-1	002	CONDOMINIO EDIFICIO ITAQUERE
2010-0090121-8	0023202800025-1	003	AUTO POSTO PUFFICI LTDA
2010-0091940-0	0011128200294-1	008	AUTO POSTO MKM LTDA
2010-0091960-5	00067684001612-1	009	AUTO POSTO BELLAGIO LTDA
2010-0112980-2	00022203101245-1	005	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
2010-0121727-7	0014501000022-1	016	CAPRI COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA.
2010-0130611-9	0020005800011-1	114	CRMENDES PROMOCAO E EVENTOS LTDA-ME
2010-0138266-4	0001513300253-1	003	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

SEHAB.21
2006-0.318.003-1 – CENTRO AUTOMOTIVO MARECHAL TITO LTDA

NOTIFICAÇÃO-PROCESSO DEFERIDO
*Solicitamos o comparecimento do interessado nesta Unidade, sito à Rua São Bento nº405, 8º andar - sala 82, Centro - São Paulo, no horário das 9:00 as 17:00 horas, para acertar pendências de pagamento, com vencimento de trinta dias corridos a partir da data desta publicação.
*Não comparecendo dentro do prazo, o mesmo será encaminhado aos órgãos competentes para inscrição da dívida.

Depto. de Controle do Uso de Imóveis

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-CONTRU-1

Pela presente, fica V.Sa. intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados abaixo, nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.M.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.
PROCESSO; INTIMADO; ENDEREÇO:
2008-0.215.282-8 COMERCIAL MORRINHOS LTDA, R.AURELIA, 1973.
2009-0.180.046-1 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, AV. PROF. FRANCISCO MORATO, 2.385.

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS – CONTRU 2

LEI 9.433/82 – Pela presente, fica V.Sa. intimado a executar as obras e serviços relacionados abaixo, fixados pelos peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente à edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no Diário Oficial da Cidade. O não cumprimento desta Intimação pela inexecução de cada obra ou serviço no término do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do documento municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança, bem como a aplicação de multa no valor constante do quadro IV anexo à Lei 9.433/82.
2007-0.387.651-8 O Brazeiro Grill Churrascaria e Buffet Ltda – Rua Ambores, 186.
LEI 11.345/93 – Pela presente, fica V.Sa. intimado a executar as obras e serviços relacionados abaixo, conforme Lei 11.345/93. O não cumprimento desta Intimação para obras ou serviços no término do prazo fixado, acarretará em multa mensal até a comprovação da adequação, conforme artigo 6º da Lei 11.345/93.
Processo – Interessado - Endereço:
2007-0.387.651-8 O Brazeiro Grill Churrascaria e Buffet Ltda – Rua Ambores, 186.

CONTRU-4
Intimação para Execução de Obras ou Serviços- IEOS Manutenção

Pela presente, fica V.Sa. intimado a executar as obras e serviços relacionados, nos prazos fixados por CONTRU-MANUTENÇÃO, conforme o Artigo 11 do Decreto 32.963, de 15 de janeiro de 1993, os quais serão contados a partir da data de publicação desta intimação no Diário Oficial do Município. O não cumprimento desta intimação pela inexecução de obra e/ou serviço no término do prazo fixado acarretará na cessação da validade do documento municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança de uso, conforme artigo 5 do Decreto 17.216, de 9 de março de 1981.
2010-0.098.298-6-ZH PATRIMONIAL LTDA, Es do Corredor, 250.
2008-0.371.726-8-BANCO BRADESCO S/A, Av. Amador Bueno da Veiga, 1818.

Superintendência de Habitação Popular

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO 2009/2011

Data da Reunião: **18 de março de 2010**
Local: Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania - Auditório - Pátio do Colégio, 184 – Térreo - São Paulo, S.P.

No dia 18 de março de 2010, às 14h00, Auditório da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania no Pátio do Colégio, 184 – Centro, São Paulo, teve início a **2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – Gestão 2009/2011**. **Sra. Elisabete**: Comunica ausência do Secretário Elton por problema de saúde. O 1º ponto de pauta é a aprovação da ata da reunião anterior. **Ata é aprovada**. O 2º ponto da pauta é a apresentação do Plano Municipal de Habitação, que começou a ser elaborado em 2008 através de um convênio com a "Cities Alliance", na qual a arquiteta Tereza Herling é a coordenadora junto a Sehab e vai fazer a apresentação. **Sra. Tereza**: Basicamente ele é composto de sete capítulos: são apresentados os princípios e diretrizes da política municipal, a maneira como ele foi construído, com a participação dos funcionários, na implementação de um sistema de planejamento nacional. Tem um sistema de informações, e o sistema de priorização de intervenções e de planejamento estratégico com indicadores de monitoramento. Depois temos um diagnóstico, os cenários, os programas e os planos regionais, e por fim, as metas de produção e as metas de gestão. Esse plano não está fechado, isso aqui é uma minuta para debate público, que vai indicar alterações, novas orientações, inclusive na discussão com o plano estadual, que deverá ser feito oportunamente. Além disso, ele foi feito em consonância com o Plano Municipal de Saneamento. Esta apresentação está disponível no site do Habisp e pode ser acessada através do Link: http://www.habisp.inf.br/download/files/apresentacao_PMH-CMH_marco2010.pdf **Sra. Elisabete**: Vamos abrir um espaço para discussões e esclarecimento de dúvidas. **Sr. André**: Como coordenador do GT na gestão passada gostaria de dar alguns esclarecimentos: que nós já discutimos anteriormente o assunto, fizemos algumas oficinas internamente, comecemos alguns trabalhos de discussão temática, e uma proposição nossa do grupo técnico é que ocorram seis oficinas dentro do âmbito do Conselho, em cada oficina atingir cada regional da cidade, HABI 1, HABI 2, HABI 3, até mananciais. Essas oficinas elas vão ser coordenadas pela Secretaria de Habitação para fazer uma discussão mais aprimorada para cada área da cidade, sobre o que foi apresentado aqui, sobre o texto do Plano de Habitação, essa foi uma solicitação e uma indicação nossa para a Superintendência de Habitação. E a gente tem uma questão de calendário, que tem que acontecer o quanto antes. Essas oficinas para que elas tenham resultado, não participem só os conselheiros, abriríamos também para outras pessoas dos movimentos nas regiões. Para termos um trabalho bem estruturado, temos uma proposição de colocar 150 participantes por cada oficina. Cobrimos todas as áreas da cidade num conjunto de pessoas bem grande, que vão poder contribuir na discussão. **Sra. Marly**: É isso mesmo, são oficinas que visam contribuir para melhoria da proposição que a Tereza apresentou hoje aqui, e gostaríamos que vocês opinassem sobre a nossa proposta. Agora eu queria um esclarecimento da Tereza, eu fiquei muito na dúvida com respeito do déficit, deu 444 mil, depois aparece uma outra tabela 300 e não sei quanto, depois aparece uma outra 200 e tanto, então eu não sei qual é o déficit, eu sei que o ano meta é 2024, mas o que tem que ser construído em 14 anos eu estou na dúvida, e qual é a capacidade da Secretaria de Habitação de Produção de unidades anuais? Nessa capacidade tem que entrar o terreno, porque não adianta ter recurso e não ter terreno. **Sr. Kazuo**.Eu anotei aqui alguns pontos, primeiro, quando discutimos essa ideia de fazer um processo participativo, a gente sugeriu que todo esse processo de discussão e oficinas culminasse numa conferência municipal de habitação para que a gente aprofunde essa experiência. Segundo, eu acho que é necessário a gente não repetir o erro que a gente está cometendo aqui hoje de se discutir uma proposta de Plano Municipal de Habitação, sem ter uma distribuição prévia dos materiais referentes a esse plano, que essas oficinas não repitam esse erro de fazer uma discussão, que tem esse grau de complexidade, essa dimensão de números sem ter uma distribuição de material legível para a população. Não basta uma menção inicial, eu acho que a gente tem que tirar as devidas consequências, porque quando se faz toda a leitura dos assentamentos precários, e quando se define todas as metas de atendimento, e considerando que a gente tem mais de 1000 áreas gravadas como zonas especiais de interesse social, certamente essas metas tem que estar referida a esse quadro de zona especial de interesse social, e quando se vai destacar essa quantificação de terras necessárias para o atendimento, eu acho que a gente não se apresenta em tabela, a gente apresenta terras urbanas e mapa. E a gente tem um instrumento importante no Plano Diretor para tentar induzir o aproveitamento das terras urbanas ociosas, inclusive tem até um projeto de lei em tramitação na câmara. Eu queria só pedir um esclarecimento para a Tereza, ela passou muito rapidamente, mas eu acho que precisa ter uma explicação um pouco mais clara sobre essa relação em Coabitação e demanda futura, porque metade, pelo menos, segundo a metodologia da Fundação João Pinheiro, metade do déficit é Coabitação, quando você desconsidera Coabitação, você está subtraindo metade do que seria o déficit habitacional, e quando ela fala que a Coabitação foi absorvida no cálculo da demanda futura, eu queria pedir um esclarecimento metodológico de como isso foi feito, porque se não for bem esclarecido significa que metade do déficit vai ser desconsiderado. Outro ponto, só para encerrar, eu acho que faltou na continuação da proposta uma leitura um pouco mais cuidadosa e crítica dos programas de atendimento habitacional existentes aqui no município, para que se tenha subsídios necessários para a gente pensar uma parte, que eu acho que é a parte mais importante de um Plano Municipal de Habitação, que são as estratégias de atendimento e a formulação dos programas habitacionais futuros. Então eu acho que essa lacuna ela precisa ser preenchida urgentemente. E finalmente, eu acho que as metas de atendimento, assim como se adotou os grupos de atendimento do PlanHab, eu acho que as metas de atendimento elas precisam ser definidas por grupos, por esses grupos de atendimento, para que a gente tenha clareza de qual é o grupo que está realmente sendo priorizado nesse atendimento futuro. **Sr. Abelardo**: Antes de mais nada eu gostaria de cumprimentar pelo trabalho apresentado, que envolve muita complexidade, vou solicitar a vocês algumas coisas que para mim não ficaram muito claras. Evidentemente que numa explanação rápida como essa de hoje, só o mais importante a gente consegue capturar. Para mim não ficou clara a questão da demanda futura, a Marly colocou praticamente todos os pontos que eu ia abordar. Foram utilizados números do PlanHab e eu não vi, no caso da demanda futura se utilizar os números do PlanHab. Um segundo ponto é o que trata do orçamento, foi falado da necessidade de 1bi anual, dos quais 620 milhões eu acho que seriam orçamento municipal. Esse número ele corresponde com o orçamento atual? Como que ele está projetado para o futuro? Que garantia que nós temos que o legislativo municipal vai destinar esses recursos? Como são essas fontes de recurso do tesouro? E quanto pode efetivamente ser destinado para o setor de habitação de forma direta? Excluindo-se daí salários e uma série de despesas da Se-

cretaria, que a gente sabe que fazem parte do orçamento. E o terceiro e último ponto, o Kazuo falou um pouco disso, está ligado à necessidade diária, precisa ficar claro como está composta essa demanda, a questão da Cohabitação faz parte disso. E como é que a ZEIS e os grandes eixos podem contribuir nisso. O setor produtivo há muito reclama da falta de adensamento e do empicilho que o Plano Diretor criou para esses adensamentos nessas faixas de corredor de trem, de trilhos em geral e grandes avenidas, para aproveitamento da estrutura instalada. Então no que o Plano poderia contribuir para que se propiciasse um maior adensamento na ZEIS. Então como esse assunto vai ser tratado no plano? Por fim, eu acho assim, para nós conselheiros, que com certeza, vamos participar das oficinas, talvez fosse conveniente agendar um dia para que fosse feito uma explanação mais aprofundada desse plano, isso que foi apresentado aqui eu acho que é valioso, mostra a profundidade e a importância do trabalho, mas é muito superficial, nos deixa com uma série de dúvidas, talvez fosse conveniente marcar uma tarde para fazer uma apresentação aprofundada para os conselheiros, para daí num segundo momento partir para as oficinas, até para que cada um se posicione melhor na contribuição que pode dar o plano. **Sr. Pedro**: Vou fazer alguns comentários. A minha pergunta inicial, é que seria interessante que a gente tivesse uma ideia de como é a estrutura de gestão atual, como é o plano de investimentos atual, quais são os programas vigentes atualmente e quais são as alterações que estão sendo propostas. Então o diagnóstico nos parece muito sério, muito cuidadoso, tem sido feito pela prefeitura a muitos anos do levantamento da situação fundiária, dos loteamentos irregulares, mas o próprio mapeamento da política pública me pareceu uma ausência na exposição. Inclusive isso remete nossa primeira reunião do Conselho, que até o momento nós não temos uma apresentação documentada de qual é o plano de investimentos vigente, a gente descobriu, por exemplo, na última reunião, que apenas 8% do recurso da Secretaria de Habitação passa pelo Fundo Municipal. Então o Conselho também esta relegado a uma situação cada vez mais irrelevante e gostaria de saber inclusive se o plano restitui a importância do Conselho, do fundo na política de investimentos e o Conselho e o Fundo vão continuar relegados a uma posição completamente secundária, inclusive em relação à política de investimentos e regularização, favela, por que esses investimentos não poderiam ser reintegrados ao Conselho e ao Fundo. Outra pergunta é a respeito da política de terras, não ficou claro a não ser o número que foi apresentado, qual é de fato a proposta de política de terras, vai haver uma política de compras de terras públicas? Como está sendo manejada as ZEIS, por exemplo, tem 11 milhões de m² que são solicitados de terras, e quantos milhões de m² já temos demarcados em ZEIS? Quais são os instrumentos que vão ser adotados para que de fato as ZEIS sejam implementadas e que elas não fiquem apenas no papel?A respeito da quantidade, do valor, do déficit, eu acho que já foram feitas as considerações pelos outros conselheiros. Apenas lembraria a vocês, não só considero também, que esse valor do déficit está subestimado, como uma única obra que vai ser feita pela prefeitura, que é a continuação da Água Espraiada interligação com a Imigrantes, prevê a remoção de 40, 50 mil pessoas, que daria provavelmente, 15 a 20 mil famílias, o que seria o equivalente a 10% do déficit. Então eu gostaria de saber se essa política de obras publicas, que tem envolvido remoções também está incluída, porque produz déficit, então não é apenas, tem pessoas que estão morando nessas áreas e que vão se tornar déficit a partir de grandes obras de canalização, piscinões, remoção de várzeas vão constituir déficit, se foi incluído. **Sra. Elisabete** Só um esclarecimento Pedro, o cadastro na região que será construído o parque, o túnel da Água Espraiada, das 16 famílias mais as 05 de áreas de influencia já foi finalizado, são 9 mil famílias que vivem naquela região. Existe um fórum das entidades das favelas, e na licitação da obra do túnel já estão consideradas 4 mil unidades e nós temos um convênio assinado com o CDHU para construção de 5 mil unidades. Esse conjunto de unidades, ele está contido no déficit do plano, então o número é preciso, o cadastro foi finalizado há 15 dias atrás.**Sra. Valentina** Eu acho bastante importante que o plano considere as sub bacias, eu acho que a gente vai ter uma oportunidade nova, e uma oportunidade rara, discutir padrão de densidades, padrão de ocupação, relacionados à drenagem urbana, e relacionados ao território, e não de uma maneira geral. Então eu fico bastante feliz dessa oportunidade que vai vim na sequência. Em relação à política de terras, na verdade, eu queria fazer um comentário, o quanto precisa construir e quanto tem terreno, e se esquece um pouco que hoje o território é um pouco mais complexo, é possível fazer requisição urbana, é possível fazer renovação e uma série de outras oportunidades, inclusive para que a gente possa conduzir questões, para quem trabalha há muitos anos com habitação e tem sido penosas, como especulação imobiliária, em situação de terrenos que viram raridades e que isso aumenta de fato o custo, e que hoje, eu acho que com a proposta de vocês de fazer uma ação integrada, eu acho que esse conjunto de ações, não só de disponibilidade de terrenos, mas disponibilidades de ações mais complexas. Uma questão importante, que é a preocupação de vocês nesse trabalho de integração, é começar a integrar no espaço um conjunto de programas, programas de Estado, programas PAC, Minha Casa Minha Vida, programas de município para que a gente possa talvez, a partir daí ter um retorno importante de trabalhos que são comuns como trabalho social. **Sr. Ricardo**: Bom, eu também queria contribuir com um dado, nós tivemos na semana passada no Fórum de Secretários e de Ascensão de COHAB's lá em Belo Horizonte, foi falado que a PEC talvez ela esteja sendo um pouco postergada em razão do Minha Casa Minha Vida 2, que deverá ter um anúncio em breve. Então eu não sei Abelardo a gente tem a expectativa de que seja aprovado esse ano. De qualquer forma a lógica da PEC que é o governo federal colocar 2% do seu orçamento, uma vez que ele tem maior capacidade de investimento do que o município. Quer dizer, a proposta da PEC é que o governo federal coloque 2, o estado 1 e o município 1. Ocorre que não só o governo federal hoje não está nem perto desse número, e o governo municipal hoje está colocando 4%, mas se a gente fizer as contas dos números aqui, 1 bilhão sobre 25 que é o orçamento municipal, nós estamos colocando 4%. Então nós já estamos 4 vezes além do que a proposta do próprio PEC trás. E acho Tereza, que a gente deveria fazer essa proposta na colocação do plano, porque de fato, se a gente depender da nossa capacidade de investimento, talvez a gente tenha dificuldade mesmo de cumprir Num prazo razoável o déficit existente no município, porque nós estamos espremendo tudo e estamos muito longe disso, então a gente tem que realmente buscar dinheiro onde tem. E a questão do terreno eu acho que foi muito bem lembrado por diversas pessoas aqui, é bom a gente não se iludir, e eu falo com a experiência de quem está lá todos os dias tentando comprar terreno na COHAB e está muito difícil. Então eu acho que precisamos realmente pensar de que forma nós vamos multiplicar terrenos, ou fração ideal de terreno no caso de verticalização para poder atingir a meta, se não nós

vamos morrer na praia. **Sr. Elcio**: Quero só reforçar a questão da PEC, quando nós falamos que tanto o Estado de São Paulo ,quanto o município vem fazendo investimentos até maiores do que aqui, a própria PEC tem como proposta, na visão do setor empresarial ela é de sumo importância porque ela vai garantir a perenização dessa política ao longo do tempo. Então eu também insisto que essa discussão ela continua forte para que realmente esse instrumento possa dar essa garantia. **Sr. Benedito**: A gente sugeriu de fazer a conferencia no primeiro semestre de 2011, mas se a gente acordar aqui no Conselho Municipal de Habitação que é possível fazer a conferência, ainda neste ano a gente vai construir com todo empenho, vamos ver o que é possível nós temos uma agenda complexa, um ano mais complexo para realizar eventos, principalmente no segundo semestre, mas a gente precisa fazer essa reflexão da importância de dar ampla legitimidade ao Plano Municipal de Habitação. Acho que a primeira etapa está vencida, seja a construção do diagnóstico, a definição das diretrizes, as questões que precisam ainda ser aprofundadas e dadas as dúvidas que foram levantadas aqui, que a gente possa avançar a partir daí, levando em consideração que nós temos o plano nacional, que pode também se complementar às ações, inclusive à agenda que nós vamos construir. A outra questão é PEC da Moradia. A PEC da Moradia quando a COHAB está falando aqui que o governo aplica 4% na habitação, nós precisamos debruçar sobre esses números, que a gente está falando de fato de aplicação de recurso em habitação, é para produzir habitação de interesse social. Então nós precisamos fazer de fato uma checagem, para verificar de fato a Prefeitura coloca toda essa quantidade de recursos em habitação social no município de São Paulo. E a PEC da Moradia não fala em 1%, ela fala no mínimo 1%, isso não significa que a Prefeitura o Estado que puder colocar mais de 1% não está proibido pela proposta, então eu acho que esse é um esclarecimento para a gente poder continuar avaliando e discutindo aqui. **Sra. Izilda**: Eu tenho uma grande preocupação também com a forma de toda população se apropriar, porque pelo tamanho do déficit tem muita gente interessada na discussão do Plano Municipal de Habitação, então eu acho que o Abelardo fez uma proposta de nós conselheiros nos apropriarmos e ir para o debate nas regiões, mas não restringir, fazer um debate, ter esclarecimento a princípio, para num segundo momento avançar nessa discussão. Eu acho que a gente tem que visualizar o Plano Municipal de Habitação como muito importante para que a gente possa ter recursos do governo federal, porque a Prefeitura não consegue cumprir os seus contratos firmado há mais de 8 anos, porque alega não ter recursos, e se não tem recurso depende do recurso dos outros governos. Então a gente tem que debater e dar maior importância ao Plano Municipal de Habitação, porque aí sim nós teríamos e claro, da onde vem os recursos para atender a demanda de todos os Estados, e eu proponho que a gente faça as oficinas com os conselheiros e depois vamos para a região conscientizar e dizer da importância do plano municipal a todos os interessados, e aí sim na audiência pública todo mundo vai estar bem apropriado para a gente fazer um grande plano na cidade de São Paulo. **Sra. Tereza** Em primeiro lugar eu gostaria de pedir desculpa por a gente não ter o plano anteriormente a esta reunião, isso foi uma falha, foi uma falha inclusive não ter distribuído pelo menos, essa apresentação de Power Point impressa. Eu acho que isso complica uma análise um pouco mais aprofundada, mas eu acho que isso não impede que a gente olhe para frente. A gente marca essa oficina, primeiramente entre conselheiros, porque realmente uma apresentação como essa, ela passou por cima de uma série de assuntos. Em relação ao orçamento, vigente, aos programas vigentes, a gente tem uma estrutura institucional, orçamento dividido por essa estrutura, que é responsável pela execução de determinados programas que o plano prevê através da articulação das ações integradas no território, que a articulação de recursos que os programas sejam alinhados, isso está no plano de uma maneira bem simples. Então é o momento, principalmente quem tem contribuições a dar aos programas de previsão, ali tem lá um item, programa funciona assim, ajustes propostos tal, tal, e aí são esses ajustes que vão virar metas de gestão do plano, que tem prazo para ser executado e tudo o mais, aí que podem vim essas contribuições também. Em relação ao déficit, a gente tem a grosso modo esse monte de tabela, dentro dos assentamentos precários a gente tem aquele déficit de hoje, o retrato de hoje é 81 mil unidades novas, que inclui remoções também pelas operações urbanas, Águas Espraiadas, Jacu-Pessegue, enfim, tudo que for intervenção de urbanização ou obra pública incidente que a gente tenha conhecimento mapeado, ela está lá computada. O déficit acumulado fora dos assentamentos é uma questão que a gente pode debater isso nesse dia, para que isso fique muito claro. A gente fez uma discussão Kazuo muito estimulada pela sua própria contribuição, então quer dizer, foi em função dessa análise detalhada, a gente pegou a Fundação João Pinheiro, abriu todos os componentes, pegou a Fundação SEADE. E o que aconteceu, só voltando um pouquinho atrás, em junho, julho a gente terminou aquela primeira leitura, foi uma leitura primeira de uma minuta de plano que a gente tinha e essa questão de como calcular a demanda, não só de déficit, como de inadequação, os vários tipos de inadequação, os componentes e tal, foi um tema de debate bastante aprofundado. Então o que nós fizemos, no segundo semestre nós fizemos vários ensaios com relação à Fundação João Pinheiro, analisamos os componentes, Fundação SEADE, analisamos os componentes, contratamos um consultor para analisar a demanda projetada no futuro, compatibilizando com o PlanHab, o plano estadual e o plano municipal, toda essa carga de informação que foi trabalhada com a CDHU em determinado momento, ela vai compor um anexo no plano, ela não só é importante para quantificar o déficit atual e aí a gente pode fazer esse debate e deve fazer esse debate com tranquilidade, podemos abrir todos os componentes e discutir componente por componente. Isso aqui não está calculado, o ônus excessivo com aluguel, por exemplo, é de 160 mil domicílios hoje no município de São Paulo, e uma hipótese adotada na elaboração desse plano é de que nós vamos atender apenas 50% para construção de novas unidades, porque aquela família já está morando num domicílio, e ela pode ter um subsídio de aluguel, por exemplo, continuar morando, eu não preciso, o poder público não precisa produzir uma nova unidade. Mas isso tem que ser uma discussão realmente, com todos os campos abertos feito com certa tranquilidade e discutindo, aproveitando para discutir, debater isso inclusive com outras estâncias de governo, com governo estadual e governo federal. Em relação à adequação eu acho que ninguém tem muita dúvida, mas em relação ao déficit tem sim, em relação ao déficit acumulado, tem o déficit projetado, a projeção que o Carlos Américo Pacheco da Unicamp fez, ela considera que a coabitação hoje ela vai ser resolvida no futuro, esse numero de 213 mil que ele coloca resolve parte dessa coabitação e isso pode ser perfeitamente explicado, a gente faz essa oficina para discutir exatamente o déficit, acoplado à questão da alternativa ao déficit, porque até como próprio Kazuo sugeriu, não adianta só você, a alternativa para o déficit

